



02ª Reunião Ordinária/2023

13 de abril de 2023

Formato Presencial

Anfiteatro Padre Werner

Horário: 14h – 16h30min

10

11

12 **PAUTA:**

13

14 1. Abertura;

15 2. Capacitação: Efetividade dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos do RS no 26º
16 ano da Lei 10.350/94;

17 3. Apresentação da Moção de Apoio;

18 4. Informes: Secretaria do Meio Ambiente de São Leopoldo – Apresentação Barco Escola;

19 5. Assuntos gerais.

20

21 **ATA ORDINÁRIA Nº 02/23 – REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

22 Aos treze dias do mês de abril do ano de 2023, a plenária do Comitesinos se reúne às quatorze horas,
23 de forma presencial, no Auditório Padre Werner, Unisinos Campus São Leopoldo (Av. Unisinos, 950
24 - Cristo Rei, São Leopoldo - RS, 93022-750, entrada acesso 1). **Abertura:** a presidente Viviane Feijó
25 Machado faz a abertura da segunda reunião ordinária de 2023, lembrando que é uma reunião
26 comemorativa dentro do I Simpósio de Manejo de Bacias Hidrográficas e Mudanças Climáticas em
27 alusão aos 35 anos do Comitesinos. Ela explana o funcionamento e o propósito do Comitesinos, e fala
28 sobre as instituições que compõem sua plenária. Não houve aprovação de atas por ser uma reunião
29 comemorativa. **2) Capacitação: Efetividade dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos**
30 **Hídricos do RS no 26º ano da Lei 10.350/94;** O coordenador do Fórum Gaúcho de Comitês de Bacia,
31 Julio Cesar Salecker, faz uma apresentação sobre a Lei 10.350/94, que incluiu seu histórico,
32 instrumentos e atribuições. **3) Apresentação da Moção de Apoio;** A presidente Viviane Feijó
33 Machado, redigiu uma moção que recebeu contribuições dos membros da plenária presentes, bem
34 como dos palestrantes que participaram do simpósio. A moção foi lida e aprovada com o seguinte texto:

35 **“Moção do I Simpósio de Manejo de Bacias Hidrográficas e Mudanças Climáticas”**

36 O Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos – Comitesinos organizou, junto à Unisinos
37 e ao Movimento Roessler em Defesa Ambiental, o I Simpósio de Manejo de Bacias Hidrográficas e Mudanças
38 Climáticas, realizado de 10 a 13 de abril de 2023 em comemoração aos seus 35 anos. O evento debateu temas
39 atuais relacionados aos comitês de bacia e aspectos relevantes das mudanças climáticas e suas interferências
40 tanto no equilíbrio do ambiente quanto na gestão de recursos hídricos.

41 A partir das diferentes opiniões de profissionais e da sociedade, elaborou-se um compilado com as principais
42 pautas e proposições comuns que encaminhamos aos gestores de recursos hídricos das esferas municipais,
43 estadual e federal.

44

45 **Mudanças Climáticas**

46 As mudanças climáticas têm causado alterações significativas no regime de chuvas, na qualidade e quantidade
47 dos recursos hídricos e na biodiversidade das bacias hidrográficas. Estas mudanças, por sua vez, impactam
48 negativamente a produção de alimentos, o fornecimento de água potável e a geração de energia, afetando
49 diretamente a qualidade de vida da população.

50 Nesse contexto, o manejo integrado das bacias hidrográficas surge como importante ferramenta para enfrentar
51 os desafios das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que promove a gestão sustentável dos recursos
52 hídricos. O manejo integrado considera a interação entre as atividades econômicas, o uso da água e o meio
53 ambiente, buscando a conservação do solo e da água e a adaptação às mudanças climáticas.

54 **Eutrofização e Abatimento de Carga**

55 A eutrofização é o processo de enriquecimento de corpos d'água por nutrientes, como o nitrogênio e o fósforo,
56 que favorecem o crescimento excessivo de algas, em especial as cianobactérias, dentre as quais algumas espécies
57 produzem cianotoxinas que afetam a saúde humana, e plantas aquáticas, que promovem a cobertura da lâmina
58 da água, obstruindo canais fluviais, produzindo altas taxas de detritos e diminuindo o oxigênio dissolvido. Este
59 processo pode ser natural, mas é na maioria das vezes de origem antrópica, devido ao lançamento de cargas
60 orgânicas *in natura* nas águas superficiais. Esse crescimento excessivo, por sua vez, compromete negativamente
61 a qualidade da água para o consumo humano, animal e manutenção da biodiversidade, sendo necessário o
62 abatimento de carga, em especial a redução de nutrientes fósforo e nitrogênio

63 A solução para o problema da eutrofização é o abatimento das cargas orgânicas, de origem rural, urbana, assim
64 como industrial. Por isso, é fundamental o monitoramento das cargas, e não apenas o monitoramento clássico
65 de concentrações de poluentes, para que se possa prospectar soluções, dimensionar investimentos e propor
66 estratégias de tratamento, as quais dependem de recursos financeiros, com a análise e o suporte de especialistas
67 em recursos hídricos e saneamento ambiental.

68 **Pesquisa científica na bacia**

69 Considerando a importância da pesquisa científica para o avanço do conhecimento e o desenvolvimento, é
70 necessária a ampliação das pesquisas científicas na bacia hidrográfica. A pesquisa científica é fundamental para
71 a produção de novos conhecimentos e tecnologias, bem como para a formação de profissionais mais qualificados
72 e capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

73 **Gerenciamento de Águas Subterrâneas**

74 As águas subterrâneas são fundamentais para o abastecimento de água em diversas regiões do estado do Rio
75 Grande do Sul, especialmente em áreas rurais e semiáridas.

76 São necessárias medidas para atender ao gerenciamento de águas subterrâneas no Rio Grande do Sul e para
77 garantir a sustentabilidade do uso deste recurso. A sociedade espera contar com o apoio das autoridades
78 competentes para a implementação destas medidas e a promoção do uso sustentável das águas subterrâneas no
79 estado.

80 **Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos**

81 Prevista na Lei Gaúcha das Águas (Lei nº 10.350/94), a cobrança pelo uso dos recursos hídricos é um
82 instrumento de gestão fundamental que tem por objetivo reconhecer a água como bem econômico e dar ao
83 usuário uma indicação do seu real valor, incentivar a racionalização do uso da água e obter recursos financeiros
84 para o financiamento dos programas e intervenções contempladas nos Planos de Recursos Hídricos aprovados
85 pelos Comitês de Bacia.

86 As experiências apresentadas pelas Agências das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Agência das
87 Bacias PCJ) e pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP),
88 já com recursos arrecadados e aplicados ao longo de cerca de 20 anos em centenas de ações de preservação
89 recuperação, coleta e tratamento de esgotos, reuso e educação ambiental, dentre inúmeras outras, perfazendo um
90 montante da ordem de mais de R\$ 1,5 bilhão, incluindo contrapartidas, demonstraram com clareza que a

91 cobrança pelo uso da água eleva substantivamente o patamar da gestão das águas e apresenta resultados
92 concretos.

93 A Bacia do Rio dos Sinos, com a criação de seu Comitê no ano de 1988, primeiro Comitê de Bacia instalado no
94 Brasil, foi durante os primeiros anos da implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos
95 Hídricos (SINGREH) uma referência para o país. É nítida, portanto, a ausência de evolução do Sistema Gaúcho
96 de Gestão das Águas.

97 Estados como o Ceará, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba e recentemente o Estado de Minas Gerais
98 universalizaram a cobrança pelo uso da água em seus territórios, e outros estados e seus respectivos Comitês de
99 Bacia vêm trabalhando nessa direção.

100 Ademais, os impactos da cobrança pelo uso de recursos hídricos sobre os custos de produção dos usuários de
101 água (abastecimento público, setor industrial e irrigação, dentre outros), que no início da implementação da
102 cobrança, no ano de 2003 serviram de argumento para diversos setores usuários para a não implementação da
103 cobrança, demonstraram nitidamente serem insignificantes. Verificou-se no evento que os Comitês de Bacia de
104 fato estão tendo autonomia para gerirem os recursos arrecadados sem interferência externas.

105 Hoje, inúmeros setores usuários pagadores e a sociedade vêm se beneficiando efetivamente dos recursos
106 financeiros arrecadados e aplicados via cobrança pelo uso da água.

107 Também, verificou-se que os Estados que avançaram a cobrança, superaram gargalos, dentre eles a
108 implementação de soluções criativas referentes a ausência temporária da figura agência de bacia, ainda não
109 existente.

110 Assim, tendo como referência os fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação estabelecidos pela Política
111 de Recursos Hídricos, entendemos a implementação da cobrança pelo uso da água, a partir de deliberações
112 aprovadas pelos Comitês de Bacia do estado do Rio Grande do Sul sobre mecanismos e preços de cobrança,
113 propiciará, sem qualquer sombra de dúvidas, avanços significativos na linha da garantia da segurança hídrica e
114 da sustentabilidade ambiental das águas do nosso estado, beneficiando a sociedade gaúcha e fortalecendo
115 sobremaneira o conjunto do Sistema Gaúcho de Gestão da Águas.

116 Finalmente, chegou o momento do estado do Rio Grande do Sul retomar o protagonismo nacional na gestão das
117 águas, evitando ocupação de espaços por atores externos ao Sistema, a exemplo de decisões provenientes do
118 setor legislativo/judiciário.

119 Dessa forma, propomos esta moção de apoio aos diversos temas debatidos, pois entendemos ser necessárias:

120 - Medidas concretas para fortalecer o manejo integrado das bacias hidrográficas, por meio de investimentos em
121 pesquisa, infraestrutura e capacitação, visando a construção de uma cultura de uso sustentável e consciente dos
122 recursos hídricos.

123 - Ações para abatimento de carga na bacia.

124 - Ampliação dos recursos destinados à pesquisa científica e criação de programas de incentivo à pesquisa
125 científica para ampliação da participação de alunos de graduação e pós-graduação em projetos de pesquisa na
126 bacia. Formação de uma rede de pesquisa em manejo de bacias hidrográficas e mudanças climáticas com o
127 intuito de disseminar resultados de projetos, pesquisas, publicações desenvolvidas nas universidades e
128 instituições de pesquisa. Levantar questões científicas a serem respondidas, ideias inovadoras, caminhos, rotas
129 de soluções para mitigação dos impactos ambientais nas bacias em consonância com as demandas dos comitês
130 de bacias hidrográficas; prospectar parcerias de projetos entre universidades, ICTs, setor produtivo e de serviços
131 e participar de editais nacionais e internacionais em rede.

132 - Criação de um plano estadual de gestão de águas subterrâneas, fortalecimento do sistema de monitoramento e
133 estabelecimento de um sistema de outorga de água subterrânea e fortalecimento dos mecanismos de gestão
134 participativa.

135 - Discussão para deliberação no âmbito da plenária do Comitêsinos, da cobrança do uso da água na bacia para
136 aplicação da Lei 10.350 de 1994, com definição de valores, de acordo com o usuário do recurso hídrico.

137 - Necessidade de recursos para manutenção administrativa dos comitês de bacia.

138 Os recursos necessários para estas e outras ações relevantes à bacia estão previstos na Lei nº 10.350/94, que é o
139 instrumento de cobrança pelo uso dos recursos hídricos, que deve ser implementado, visando a preservação
140 desse recurso fundamental para a vida no nosso estado.

141 Diante do exposto, após a aprovação da Plenária do Comitesinos e apresentação no I Simpósio de Manejo de
142 Bacias Hidrográficas e Mudanças Climáticas, requer-se que seja encaminhada a presente moção aos órgãos
143 competentes municipais, estaduais e federais, pleiteando pelo aceite das propostas em prol das bacias
144 hidrográficas do Rio Grande do Sul.”

145 **4) Informes: Secretaria do Meio Ambiente de São Leopoldo – Apresentação Barco Escola;** O
146 secretário do Meio Ambiente de São Leopoldo, Anderson Etter, apresenta o vídeo institucional do
147 Barco Escola. **5) Assuntos gerais.** Não houve inscrições para assuntos gerais. E, para constar, lavrei a
148 presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela presidente, pelo vice-presidente e pela
149 secretária executiva. E, para constar, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela
150 presidente, pelo vice-presidente e pela secretária executiva.

151

152

153

154

155

São Leopoldo, 13 de abril de 2023.

156

157 Kely Boscato Pereira

158 Sec. Executiva

Daniel Pereira

Vice-presidente

Viviane Machado Feijó

Presidente

159